

"Pacote" sai, mas não freará crescimento de 5%

Estatais sofrerão corte de Cr\$ 15 tri, subsídios somem e impostos se elevam, em um total de Cr\$ 39 tri

O Governo fixou ontem o pacote econômico que permitirá a cobertura do déficit do setor público calculado em Cr\$ 109 trilhões este ano e o início da negociação com o Fundo Monetário Internacional, que será retomada no próximo dia 15. Assim, o presidente Sarney fixou uma meta de crescimento econômico para este ano de 5 por cento do PIB.

Os ministros do Planejamento e da Fazenda, João Sayad e Francisco Dornelles, comunicaram oficialmente, após encontro com o presidente Sarney, que o corte no déficit público atingirá Cr\$ 39,2 trilhões, assim

subdivididos: Cr\$ 15 trilhões nas empresas estatais; Cr\$ 4,2 trilhões na Previdência Social, cobertos pela redução da permanência de seu dinheiro nos bancos, Cr\$ 1,3 trilhão nos subsídios ao álcool e açúcar; Cr\$ 1,7 trilhão em pessoal da administração pública direta; e Cr\$ 17 trilhões de antecipação de impostos.

Para cobrir os Cr\$ 69,8 trilhões e fechar o déficit de Cr\$ 109 trilhões, o Governo fixou o seguinte esquema: Cr\$ 27 trilhões de emissão de moeda (expansão de 180 por cento); Cr\$ 28 trilhões de emissão de títulos da

dívida pública; Cr\$ 12 trilhões de contenção de reserva de caixa, o chamado float; e mais Cr\$ 3 trilhões, que serão contidos em operações dos bancos oficiais. Total Cr\$ 109 trilhões.

Ficou definido, portanto, o nível da expansão da base monetária para este ano. O ministro da Fazenda desejava uma expansão monetária de 150 por cento que corresponderia a uma emissão de Cr\$ 22,5 trilhões, mas acabou prevalecendo a posição defendida pelo ministro do Planejamento, João Sayad, que defendia 180 por cento, correspondendo a uma emissão de Cr\$ 27 trilhões.

LUIZ MARQUES



Dornelles e Sayad anunciaram o "pacote", tendo ao lado o secretário Patur, e, atrás, o porta-voz Mesquita